

A decisão adversa do direito civil e direito previdenciário em caso de profissional de saúde com esquizofrenia de um hospital terciário na cidade de São Paulo - Brasil

Renilda Martins Prestes^{1, 2, 3}
Eric Kiyoshi Mochizuki Hara¹
Telma de Cássia dos Santos Nery¹
Camila de Aquino Feijó^{1, 3}

¹Médico(a) do Trabalho no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP);

²Advogada especializada em Direito Médico e Hospitalar pela Escola Paulista de Direito;

³Mestranda da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

RESUMO

A Esquizofrenia é um transtorno mental grave, permanente e debilitante, cujo portador perde de maneira parcial ou total o contato com a realidade objetiva. Os portadores destes transtornos costumam apresentar sintomas de delírios e alucinações proeminentes como ver, ouvir e sentir sensações que realmente não existem. Não há predomínio de prevalência entre os gêneros masculino e feminino. A etiologia deste distúrbio psíquico é multifatorial, com fatores genéticos e ambientais. O tratamento de escolha são os antipsicóticos ou neurolépticos. O prognóstico depende do funcionamento social, uso de serviços psiquiátricos e outras morbidades associadas. Trata-se de um relato de experiência dispõe sobre a decisão adversa do direito civil e direito previdenciário em caso de profissional de saúde com esquizofrenia de um hospital de grande porte. Aborda a divergência dos conceitos jurídicos constitucional, civil e previdenciário para deficiência mental – esquizofrenia; salientando, também, a questão pelo o que versa o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Discute, ainda, o retorno ao trabalho deste profissional segundo decisão previdenciária e o instituto da curatela por decisão do direito civil, correlacionando com a condição clínica apresentada. Os aspectos abordados constataam que os posicionamentos antagônicos perante direitos Civil e Previdenciário geram insegurança jurídica, ocupacional e clínica por não haver uma diretriz única e confluyente; quer pela legislação com ampla interpretação, relativa ao retorno ao trabalho por cessação de benefício de aposentadoria por invalidez, como também devido a arte da medicina não apresentar-se como uma ciência estática. Considerados os aspectos clínicos, optou-se pela inaptidão do Retorno ao Trabalho com emissão de Laudo Médico Ocupacional ao Instituto Nacional de Previdência Social solicitando a manutenção do benefício de Aposentadoria por Invalidez.

Palavras-chaves: Esquizofrenia, Capacidade Civil, Responsabilidade Civil, Curatela, Retorno ao Trabalho.